

Percepções sobre a implementação da política educacional ‘Ouse Criar’ em um município do sertão paraibano

Perceptions on the implementation of the ‘Ouse Criar’ educational policy in a municipality of Paraíba’s hinterland

Tairine Vieira Ferraz ¹

Jaysa Eliude Aguiar dos Santos²

¹Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Administrativas, Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD), Recife, Pernambuco, Brasil.

²Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Resumo

Objetivo: Investigar a trajetória de implementação do Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo OUSE CRIAR, a partir das percepções de agentes diretamente envolvidos em sua execução em um pequeno município do sertão da Paraíba.

Método/abordagem: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um professor mentor e dois alunos participantes da turma inaugural do programa. A análise dos dados foi conduzida com o apoio do software IRaMuTeQ, permitindo a identificação de categorias relacionadas às experiências, benefícios e desafios experienciados na implementação da política pública.

Contribuições teóricas/práticas/sociais: Os resultados revelam como práticas informais, interpretações locais e os recursos disponíveis moldam a implementação da política pública no nível da execução. Busca-se, assim, contribuir para o debate sobre burocracia de nível de rua e política do guichê, evidenciando como os agentes envolvidos no encontro burocrático influenciam a concretização das políticas em contextos específicos. As percepções dos participantes também apontam benefícios percebidos e dificuldades enfrentadas, oferecendo subsídios para o aprimoramento de políticas similares.

Originalidade/relevância: O estudo se destaca por analisar a implementação de uma política pública educacional a partir da perspectiva dos atores locais diretamente envolvidos em sua execução. Sua relevância reside em ampliar a compreensão sobre os aspectos microestruturais que influenciam a implementação de políticas públicas, onde a atuação dos agentes de ponta é determinante para o sucesso das iniciativas, sobretudo em contextos periféricos.

Palavras-chave: implementação de políticas públicas; burocracia de nível de rua; encontro burocrático.

Abstract

Purpose: To investigate the implementation trajectory of the OUSE CRIAR Education Program for Innovation and Entrepreneurship, based on the perceptions of agents directly involved in its execution in a small municipality in the hinterland of Paraíba, Brazil.

Methodology/approach: This is a qualitative, exploratory, and descriptive study. Semi-structured interviews were conducted with a mentor teacher and two students who participated in the program's inaugural class. Data analysis was supported by the IRaMuTeQ software, enabling the identification of categories related to experiences, perceived benefits, and challenges faced during the implementation of the public policy.

Research, Practical & Social implications: The results reveal how informal practices, local interpretations, and available resources shape the implementation of public policy at the street level. The study seeks to contribute to the debate on street-level bureaucracy and front-line policy by highlighting how agents involved in the bureaucratic encounter influence the actualization of policy in specific contexts. Participants' perceptions also point to both perceived benefits and obstacles encountered, providing insights for the improvement of similar policies.

Originality/value: The study stands out by analyzing the implementation of an educational public policy from the perspective of local actors directly involved in its execution. Its relevance lies in expanding the understanding of microstructural aspects that influence policy implementation, particularly in peripheral contexts where front-line agents play a crucial role in the success of such initiatives.

Keywords: public policy implementation; street-level bureaucracy; bureaucratic encounter.

Introdução

No que se refere à temática da implementação de políticas públicas, é possível afirmar que, pelo menos desde o início da década de 2000, há intenso interesse acadêmico e crescente número de publicações sobre o tema (Faria, 2012). Nas clássicas abordagens do ciclo de políticas públicas, a implementação, compreendida como a fase em que as intenções das políticas são convertidas em ações (Secchi, 2013), abre um largo campo de investigações a respeito da efetividade e da eficácia das funções da administração pública (Ramos & Schabbach, 2012). Pesquisas dessa natureza buscam relacionar a ação do Estado a alguma mudança na realidade social, auferindo como e se os indicadores idealizados em fases anteriores à implementação estão sendo articulados e seus objetivos perseguidos ou alcançados (Figueiredo & Figueiredo, 1986). Embora de suma relevância para a boa gestão de políticas, essa concepção *top-down* privilegia a prescrição e a normatização, estando mais focada em visualizar os obstáculos e falhas dos programas que não atingem seus objetivos iniciais (Secchi, 2013).

Para além de uma visão tecnicista e centrada na figura do agente estatal, pesquisas de vocação microssociológica buscam avançar no campo da avaliação da implementação de políticas, englobando outras dimensões de análise (Côrtes, 2013). Tais correntes consideram que políticas públicas também devem ser analisadas focalizando a microestrutura da vida política e administrativa, numa perspectiva *bottom-up*, levando em conta os aspectos relacionais, contingenciais e da ordem das ações e práticas que permeiam o estabelecimento de uma política pública (Lotta et al., 2018; Dubois, 2014; Secchi, 2013; Faria, 2012). Nessa linha, ressalta-se a ação e a performance dos

funcionários estatais que atuam na ponta, considerando a extensão de seu poder discricionário, bem como a interação com beneficiários e demais atores.

Ganham força as abordagens da burocracia de nível de rua (BNR) e da política do guichê (Lotta, 2019; Dubois, 2019). Tais abordagens voltam o olhar para a materialização da política pública que ocorre por meio das interações entre a administração pública, na figura de seus agentes subordinados (os burocratas de nível de rua) e as pessoas sujeitas à administração estatal (usuários, beneficiários, cidadãos etc.), com o guichê, enquanto dispositivo de governo, simbolizando um local privilegiado para a análise do encontro burocrático (Faria, 2012; Lotta, 2019; Dubois, 2019).

À medida que as políticas públicas de educação no Brasil têm passado por processos de reestruturação, reformulação e internacionalização, também têm sido observadas tensões no que se refere à análise de políticas. O que torna relevantes os estudos que compreendam a implementação das políticas públicas educacionais como um fenômeno social com dinâmica própria e que levem em consideração tanto os contextos em que as políticas são produzidas quanto as percepções dos sujeitos envolvidos em sua implementação (Abranches & Correia, 2021; Martelet & Morosini, 2015).

Dado o panorama, o presente estudo investiga as percepções dos agentes envolvidos no encontro burocrático de um pequeno município do sertão paraibano sobre a trajetória de implementação do programa educacional Ouse Criar. Busca-se compreender a política pública em um espectro que vai além daquele circunscrito à figura do Estado, considerando que a análise da interação ocorrida na ponta da execução de uma política pública ajuda a versar tanto sobre a natureza da implementação quanto sobre as possibilidades de apropriação política pelos sujeitos que a executam de fato.

Na medida em que o programa afirma priorizar a centralidade do educando e possui, entre seus objetivos, o intuito de impactar positivamente a realidade socioeconômica e as perspectivas dos agentes envolvidos, alinhando-se às convenções contidas em agendas internacionais, compreende-se a política educacional Ouse Criar como locus de pesquisa privilegiado para analisar os contextos de criação e recriação da prática política, com foco na investigação das práticas adotadas pelos agentes estatais e na interação entre eles e os beneficiários, no caso, os alunos participantes.

Partindo do pressuposto de que uma política pública ou um programa social só poderá ser considerado verdadeiramente público quando alicerçado na apropriação pelos sujeitos envolvidos na cadeia de processos da política e ainda que “as práticas verificadas *‘in loco’*, analisadas, refletidas, sistematizadas, avaliadas e divulgadas para toda a sociedade é que farão a transição para um mundo novo possível” (Ribeiro, 2011, p. 213), formula-se a seguinte pergunta norteadora: quais são as percepções sobre a trajetória de implementação do programa educacional Ouse Criar, evocadas no encontro burocrático de um pequeno município do sertão paraibano?

A partir dessa indagação, o objetivo do trabalho é investigar as percepções sobre a trajetória de implementação do Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo Ouse Criar, na perspectiva dos próprios agentes envolvidos no encontro burocrático ocorrido em um pequeno município do sertão paraibano. Busca-se caracterizar o contexto de implementação da política e descrever como ocorreu a implementação do programa a partir das interações estabelecidas. Compreende-se que, ao identificar como é realizada a articulação entre os objetivos pretendidos pela política e as percepções das ações desenvolvidas na implementação em nível de rua, reside no trabalho a possibilidade de oferecer contribuição teórica, aprofundando a discussão acadêmica sobre a necessidade de ampliação dos objetivos na investigação da implementação de políticas públicas e, ao mesmo tempo, inovar ao utilizar lentes metodológicas emergentes no estudo da natureza e da articulação de tais políticas.

Fundamentação Teórica

Lógicas subjacentes ao conceito de políticas públicas

A expressão “política pública” pode evocar diversas acepções e maneiras de utilização bastante distintas: desde a compreensão de política pública como se relacionando quase que exclusivamente a atividades governamentais, até a compreensão de que a expressão está relacionada com apropriação social. Pode referir-se a um amplo conjunto de fenômenos e dizer respeito, inclusive, a coisas muito diferentes entre si (Ball, 2016). Além disso, “convencionou-se chamar as políticas desenvolvidas pelo Estado de políticas de natureza pública” (Santos, et. al, 2007, p. 829), ainda que, em muitos casos, a referência ao “público” na expressão, não seja considerada em seu aspecto mais profundo. A grande amplitude de utilização do termo denota tanto falta de consenso geral na definição quanto o fato de que a adoção de um entendimento específico será sempre arbitrária (Secchi; 2013).

Visando assegurar a adequação entre as necessidades de educação e os serviços prestados pelos sistemas educacionais (Akkari, 2011, p. 12), as políticas educacionais e suas análises, voltam-se diretamente para a ideia de uma ação minimamente estruturada pelo Estado com a finalidade de intervir na realidade social, objetivando fins educacionais determinados a priori (Abranches & Correia, 2021). Tais políticas têm sido orientadas por marcos normativos nacionais que combinam a busca por equidade, qualidade e inovação curricular. De modo que, tomando-se uma perspectiva mais operacional e centrada na ação do Estado como característica principal, as figuras do legislador e do executivo, por meio de normativos e leis, idealizariam e implementariam uma política pública. Presume-se que especialistas treinados, partindo de uma visão de estágios que compreende desde a formulação, passando pela implementação até a

avaliação de políticas, mediante a aplicação de uma série de técnicas instrumentais-racionalistas, poderiam assegurar a integração dessa ação (Nudzor, 2009).

Essa visão tradicional tem sido criticada pelo excesso de determinismo e por desconsiderar, em alguma medida, os variados graus de articulação entre a ação estatal e os modos com que são estabelecidas parcerias entre sociedade e Estado. Tanto na formulação e execução dessas políticas quanto nas movediças instâncias de poder entre os atores envolvidos. O que concorreria para o confronto entre a idealização de uma política pública e as efetivas práticas políticas adotadas (Santos, et. al, 2007; Bowe, et. al, 2017).

Modelos analíticos mais processuais, como a burocracia de nível de rua (Lipsky, 2019; Lotta, 2019) e a política do guichê (Dubois, 2019), visam destacar a complexidade da natureza política (seus campos de disputa, atores, processos e práticas), informando que políticas públicas não devem ser tomadas apenas como tarefas executadas pelo Estado, uma vez que os cidadãos não são simples receptores de diretrizes e regras a serem reproduzidas sem contestação. Uma política nunca será simplesmente recebida e executada ingenuamente pelos praticantes políticos (Lipsky, 2019; Lotta, 2019; Bowe et. al, 2017); mas sim, estará sujeita à interpretação e recriação ativa e em termos próprios, relacionando-se “de maneiras diferentes de acordo com as histórias, experiências, valores, propósitos e interesses daqueles que compõem a arena da prática”. Partes de um texto legal podem, por exemplo, serem “rejeitadas, selecionadas, ignoradas ou deliberadamente mal compreendidas”, o que pode implicar em transformações significativas da política original prevista (Ball, 2001, p. 22, tradução livre).

Nesse sentido, a política pública não será o resultado apenas de uma análise técnica e racional sobre um dado problema e sua aplicação. Ao ampliar o olhar para os processos de materialização das políticas públicas, busca-se superar uma visão racional-legal centrada na figura do Estado, orientada em termos de estágios de implementação e avaliação. Esse movimento permite observar que o encontro burocrático, entendido como o momento específico em que a política se concretiza na interação direta entre os burocratas de nível de rua e os cidadãos destinatários das ações, deixa marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados. O que configura, no mundo real, a existência de diferentes políticas dentro de uma mesma orientação estatal (De Sousa, 2018; Lotta, 2019; Pereira, 2015).

Análises de implementação

Tal qual foi assinalada a amplitude de acepções encontradas na literatura sobre o termo “políticas públicas”, também as compreensões sobre análise da implementação dessas políticas incorporam tendências à diversidade. O campo é recheado de discussões sobre seus propósitos e métodos (Codd, 1988). Secchi (2013) aponta que, nas discussões sobre análise e avaliação da implementação de políticas, há pelo menos dois

caminhos principais: as perspectivas *top-down* (ou *evaluation research*), voltadas a entender causas, falhas e acertos da fase de implementação; e as pesquisas sobre implementação de orientação *bottom-up* (ou *implementation research*), mais focadas no processo de implementação para além da mera ação estatal.

As visões *top-down* tendem a um viés prioritariamente normativo, enfatizando “aspectos mais técnicos da avaliação das políticas públicas, bem como uma ênfase em seu papel de instrumento gerencial” (Faria, 2005, p. 98). No caso das *implementation research*, as políticas tendem a ser vistas como produto de um campo em que grupos sociais diversos, mediante a existência de assimetrias de poder e de concepções ideológicas e políticas distintas, criam e recriam significados a serem desdobrados em práticas cotidianas (Secchi, 2013). Tais abordagens de orientação *bottom-up* têm tentado redirecionar o olhar de pesquisadores para outras dimensões a serem consideradas em uma análise de implementação.

As pesquisas sobre implementação no nível da rua buscam explorar os dilemas enfrentados pelos trabalhadores estatais lotados nos escalões mais baixos do serviço público, principalmente no que se refere a divergências entre os objetivos formais traçados pelas políticas e as condições materiais e simbólicas de sua efetiva realização. Além de focalizar questões relativas ao poder discricionário desses agentes e suas implicações. Essa abordagem dá ênfase aos valores e práticas de poder contidas no interior das políticas (Pires & Lotta, 2019). Nessa perspectiva, também ganha destaque a interação dos sujeitos da política ocorrida no guichê, no momento do encontro burocrático (Goodsell, 1981). O guichê pode ser concebido como um dispositivo de governo em que se encontram e se separam os atores sociais (burocratas de nível de rua e usuários) envolvidos na trajetória de implementação de uma política (Dubois, 2019).

É no guichê que a política exhibe sua forma final e que “os indivíduos percebem as autoridades públicas e sua ação, tanto para estabelecer limites ou restrições como também para alcançar sua utilidade social” (Dubois, 2019, p. 105; Pires & Lotta, 2019). O encontro burocrático que ocorre no guichê constitui um momento-chave da política pública, pois, poderá significar acolhimento, amparo e acesso à cidadania ou, ao contrário, humilhação, desamparo e restrições de direitos, a depender dos processos de interpretação e interação que são vividos de maneira diversa nas diferentes instâncias, contextos e níveis que a política abrange (Pires, 2020). Compreendido também como “a interação do cidadão e do funcionário público enquanto eles se comunicam para negociar assuntos de interesse mútuo” (Goodsell, 1981, p. 3), o encontro burocrático destaca o papel das interações entre burocratas e cidadãos nos processos de implementação das políticas. Diferentemente das visões mais tradicionalistas, que o consideram intrinsecamente problemático, ele passa a ser reconhecido como fenômeno valioso na apreciação das influências contextuais e situacionais das políticas uma vez que são, possivelmente, a forma mais comum de participação política (Bartels, 2013).

Nesse sentido, a implementação de uma política pública é considerada não apenas um ato estatal, mas sim um fenômeno social de natureza complexa e dinâmica que não pode ser apreendido fora de seus contextos articulados. Isso significa que, para abordagens desse tipo, “as políticas devem ir além da clássica construção analítica: formulação, implementação e avaliação” e avançar na compreensão da implementação ao considerar os diferentes atores, grupos e contextos envolvidos (De Sousa, 2018, p. 2). Especificamente no que se refere ao campo de análise de políticas públicas educacionais, destacaram-se no Brasil, desde a década de 1980, análises sobre eficiência administrativa escolar, mensuração sobre a eficácia dos currículos, aquisição de competências e habilidades, bem como avaliações de desempenho dos sistemas escolares (Pestana, 1999). Entretanto, a evolução das pesquisas tem buscado ressaltar a relevância dos estudos de implementação (como uma subárea das pesquisas de avaliação), sobretudo das políticas educacionais (Perez, 2010)

Metodologia

A pesquisa investiga as percepções dos agentes envolvidos no encontro burocrático na trajetória de implementação do Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo Ouse Criar, ocorrido em um pequeno município do sertão paraibano, o que justificou a escolha de uma abordagem qualitativa (Denzin & Lincoln, 2006). Adotou-se o método de estudo de caso único, com finalidade exploratória e descritiva, destinando-se a proporcionar familiaridade com o fenômeno determinado, tornando-o mais explícito e, eventualmente, estabelecendo relações entre variáveis (Gil, 2002).

A unidade de análise considerada é um município do sertão paraibano, distante cerca de 480 quilômetros da capital do Estado e com uma população menor do que 10.000 habitantes. A relevância do caso escolhido (Yin, 1994) decorre tanto de sua configuração interiorana característica quanto do potencial de transformação que a política educacional Ouse Criar assume na região. Apesar da centralidade dos micro e pequenos municípios para a organização social brasileira, são as grandes e médias cidades as responsáveis por atrair grande parte dos esforços de pesquisa, relegando à margem reflexões sobre pequenas aglomerações que exibem uma experiência urbana permanentemente precária, o que dota de relevância e originalidade a escolha do caso desta investigação (Wanderley, 2001). A única escola estadual integral existente na cidade teve seu projeto selecionado no primeiro ano de desenvolvimento do programa Ouse Criar, em 2020, sendo encubado e desenvolvido ao longo do ano de 2021.

Como estratégia de coleta de dados, foram utilizadas fontes documentais, como leis e materiais de divulgação veiculados pelo Estado da Paraíba, além de entrevistas semipadronizadas nos moldes apresentados em Flick (2009), realizadas com os atores-chave do encontro burocrático em questão. Os sujeitos da pesquisa foram o professor mentor e os alunos participantes da primeira turma da política. Foram realizadas três

entrevistas semiestruturadas, com o professor e dois alunos participantes. Embora o número de entrevistados possa ser considerado reduzido, trata-se do universo de atores diretamente envolvidos na experiência local analisada, uma vez que a turma contemplada foi a primeira do programa na cidade, no primeiro ano de desenvolvimento da política. Assim, os participantes representam de forma quase integral o caso investigado, assegurando a pertinência da opção metodológica de caráter exploratório.

Demais dados de caracterização do caso e dos sujeitos foram omitidos visando assegurar sua confidencialidade. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização prévia dos participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cabe esclarecer que, à época da coleta, ambos os alunos já haviam concluído o ensino médio e tinham 18 anos completos, não configurando, portanto, situação de vulnerabilidade que exigisse a submissão do projeto ao comitê de ética. O material coletado foi submetido à análise de categorização temática realizada por meio do *software* Interface de R *pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ). O IRaMuTeQ tem como principal característica analisar a estrutura e a organização dos discursos enunciados pelos participantes da pesquisa, possibilitando informar as relações entre os mundos lexicais evocados (Camargo & Justo, 2013).

Além da análise lexicográfica clássica para verificação de quantidade de segmentos de texto (ST), evocações e formas, foram realizadas três análises textuais: [1] Nuvem de Palavras, com a finalidade de agrupar as palavras, organizando-as graficamente em função da sua relevância; [2] Especificidades, com objetivo de verificar diferenças nas evocações (considerando a frequência de incidência das palavras e seus índices hipergeométricos/ χ^2) entre os participantes, considerando a variável “função desempenhada no encontro burocrático” (professor ou aluno); [3] Análise de Similitude, com o propósito de indicar a conexidade entre o universo de representações das palavras evocadas.

Resultados e Discussão

Caracterização

O Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo Ouse Criar foi instituído pela Medida Provisória nº 286, de 02 de outubro de 2019 (Paraíba, 2019a), e pela Lei nº 11.535, de 03 de dezembro de 2019 (Paraíba, 2019b), visando ao:

estímulo ao desenvolvimento de jovens empreendedores por meio do fomento, sistematização e implementação de ações educacionais que promovam, a partir de soluções para problemas contextualizados, tanto a criação ou melhoria contínua de produtos e/ou processos, como o surgimento de novos empreendimentos (Paraíba, 2019b).

O programa é uma política educacional estatual orientada à educação para a inovação e empreendedorismo na rede pública da Paraíba, estruturada em ciclos com editais públicos, manuais e portfólios (integralizados por meio de metodologias ágeis), de forma a possibilitar que estudantes desenvolvam soluções para problemas reais (FAPESQ, 2025). São expressos dentre os objetivos: “fortalecer processos de ensino e aprendizagem que considerem conceitos educacionais centrados no estudante, bem como em agendas internacionais propostas pela UNESCO e Agenda 2030”. Ou ainda, “desenvolver ações de acompanhamento e mentoria junto aos beneficiários do programa, integrando os seus projetos de vida ao mundo do trabalho e às competências do século XXI” (Paraíba, 2019b).

Orbitando a temática de utilização da tecnologia como ferramenta norteadora dos projetos, a política propõe aos educandos e seus mentores, situações regionais a serem solucionadas por meio do empreendedorismo e da inovação tecnológica. Diferentemente de outras iniciativas, o Ouse Criar combina formação empreendedora com competição por desafios (*hackathons*/maratonas), os quais permitem a divulgação dos resultados alcançados em eventos em parcerias com universidades e parque tecnológicos, além de possibilitar a incubação das startups e a concessão de subvenção econômica.

Tais características evidenciam o potencial de contribuição da política para a formação dos estudantes, que busca ir além do currículo tradicional e fomentar competências alinhadas às transformações tecnológicas e socioeconômicas contemporâneas. Em um contexto de transformações aceleradas, vivências em uma política como a referida possibilitam o estudante atuar como protagonista de sua trajetória contribuindo ativamente no desenvolvimento de sua comunidade. Contudo, a materialização da política e o impacto nas vidas reais constituem os principais desafios para a consolidação das políticas. O que reforça, portanto, a necessidade de explorar a sua trajetória de implementação no nível da rua.

Análise lexicográfica clássica e de especificidades

O *corpus* de análise foi constituído por 3 textos (entrevistas), separados em 298 segmentos de texto (ST). Emergiram 10.696 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.900 palavras distintas e 973 com uma única ocorrência. Por meio das evocações gerais dos participantes entrevistados, foi obtida uma nuvem de palavras. Verificou-se que as palavras mais frequentes foram: “ideia” (f= 64), “projeto” (f= 60), “saber” (f= 54), “querer” (f= 54), “aplicativo” (f= 46), “professor” (f= 44) e “desenvolver” (f= 44), “pensar” (f= 37), “escola” (f= 37), “começar” (f= 33), (f= 30), “vender” (f= 28), “mundo” (f= 27), “funcionar” (f= 25), “produto” (f= 24), “aprender” (f= 23), “apresentar” (f= 21), “empresa” (f= 20), “problema” (f= 17), “negócio” (f= 17), “trabalhar” (f=

16), “município” (f= 14), “pandemia” (f= 14), “remoto” (f=13), “empreendedorismo” (f= 11), ver Figura 1.



Figura 1. Nuvem de palavras

Fonte: Elaborado pelos autores com auxílio do software IRaMuTeQ.

Com vistas a ampliar a exploração do material coletado, foi realizada uma análise de especificidades, que possibilita comparações e descrições das palavras evocadas pelos participantes em função de variáveis categoriais caracterizadoras dos produtores do texto. A caracterização da análise de especificidade foi realizada levando-se em consideração as diferentes funções exercidas no encontro burocrático: professor e aluno. As análises gráficas evidenciam como o "encontro burocrático", longe de ser uma mera execução de diretrizes torna-se é um espaço de produção de sujeitos e significados. Nas respostas dadas pelo professor, por exemplo, as evocações se concentraram em aspectos relacionados ao alunado e ao universo do trabalho, tais como: “aluno”, “trabalhar”, “negócio”. Essas palavras refletem a perspectiva do burocrata de nível de rua, que opera na tradução dos objetivos formais da política (como empreendedorismo enquanto um trabalho/negócio) para o contexto local.

Já as evocações dos alunos se concentraram nas experiências vividas e percepções sobre o projeto, tais como, “querer”, “participar” e “saber”. Tais vocábulos, por sua vez, ilustram a experiência do usuário no “guichê”. Que, no caso analisado, é centrada em termos de desejo, acesso e busca por conhecimento, revelando como a política é apropriada e ressignificada localmente. A distinção do universo lexical entre alunos e professor é uma evidência de que a fase de implementação é um fenômeno social

complexo, onde a política idealizada é recriada na prática por meio das interações e das lógicas próprias de cada ator envolvido no encontro burocrático.

Análise de similitude

Também foi realizada uma análise de similitude. A análise de similitude viabiliza a identificação das palavras coocorrentes em uma mesma estrutura de representação, trazendo indicações de conexidade entre as palavras e também da estrutura de conteúdo do *corpus* textual (Camargo; Justo, 2013). Observa-se que a palavra “desenvolver” possui destaque nos discursos analisados. Dela, se ramificam três núcleos de sentido relacionados ao desenvolvimento de uma ideia, de um aplicativo e de um projeto (ver Figura 2).

A centralidade da palavra “desenvolver” no *corpus* reflete o cerne da materialização da política pública ou, em outras palavras, reflete o processo de materializar diretrizes abstratas a partir do desenvolvimento de ações concretas. Além disso, as percepções dos entrevistados vinculam-se, de maneira geral, as atividades desenvolvidas em casa fase do projeto e da necessidade em cumprir requisitos de desempenho.

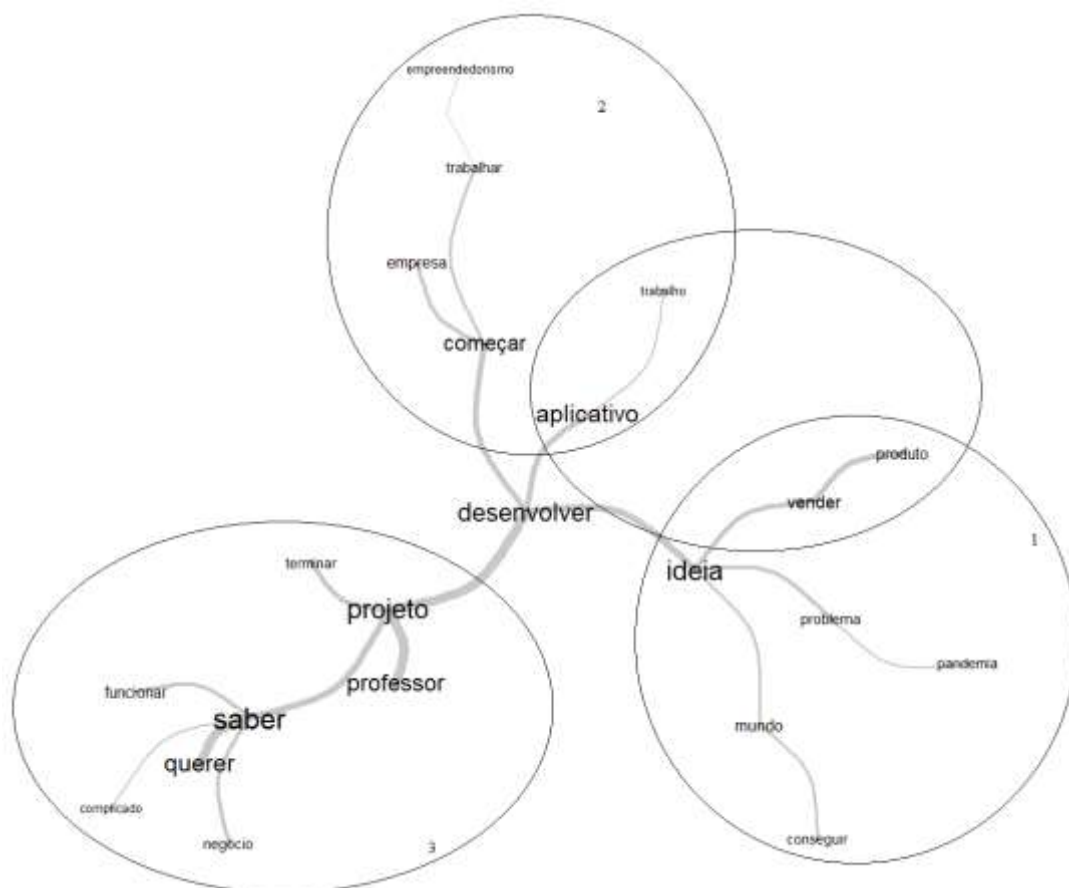


Figura 2. Análise de similitude

Fonte: Elaborado pelos autores com auxílio do *software* IRaMuTeQ.

Núcleo 1: o desenvolvimento da “ideia” e a negociação no guichê

O núcleo de representação de sentido 1 reúne palavras que ilustram a primeira camada do encontro burocrático. Ou seja, ilustram a fase em ocorre a tradução da prescrição política na interpretação dos agentes. A necessidade de desenvolvimento de uma “ideia” que deveria ser adequada à resolução de um “problema” local é retratada nos discursos como um momento marcante e desafiador da participação. A palavra “problema” também foi evocada quando relatadas as percepções sobre o impacto da pandemia na implementação da política. Supreendentemente, foi utilizada no sentido de não ter havido problemas ou prejuízos significativos, em função da quase totalidade da implementação remota, denotando boa aceitação do formato de condução.

No primeiro ano de desenvolvimento foi pra você montar o projeto, montar e desenvolver a ideia. Aí depois você cria uma espécie de proposta dessa ideia e coloca sob a avaliação de uma equipe. A equipe avalia e verifica se a ideia é boa e aí seleciona ou não seleciona. Então no primeiro ano do programa a gente foi selecionado. (E1, professor)

Não acho que tivemos problema. De certa forma, eu achei muito bom ser remoto. [...] É muito *top* se você souber realmente aproveitar. Se você souber o que está fazendo, teve autonomia para desenvolver, você consegue ir longe. Até porque tem várias faculdades hoje em dia que estão no ensino remoto e todo mundo consegue se formar profissional, qualificado e tal. Eu não acredito que o formato remoto afetou em nada não. Até porque a primeira fase era uma fase mais de convencimento. Mais remota mesmo, não precisava nada presencial. Só na última fase que tivemos que desenvolver [...] as visitas de campo que ainda faremos. Várias palestras que precisamos fazer e mobilização mesmo, em toda paraíba. Como já saiu dessa fase de pandemia vamos fazer as visitas tranquilamente. (E3, aluno).

Essa adaptabilidade não sugere, em absoluto, desimportância das fases e etapas presenciais. Uma vez que os encontros presenciais demonstraram, na fala dos participantes, afetar positivamente a motivação em participar. A cadeia lexical “ideia” > “mundo” > “conseguir” forma um eixo significativo do núcleo 1 pois captura a jornada vivenciada pelos participantes. O fato de cumprir as etapas da participação e desenvolver uma ideia que permita avançar nas fases de implementação da política ganhou significado de abrir os participantes para o mundo, possibilitando ampliação de horizontes e de viagens. Essa abertura para o mundo possibilitada pela participação na política, por sua vez, está diretamente ligada à sensação de que é possível “conseguir” realizar o projeto e alcançar objetivos maiores. A fala do aluno E2 ilustra essa conexão:

Ano passado fomos para João Pessoa e foi muito melhor de aprender presencialmente. *Online* às vezes a internet cai, você está assistindo e dorme, isso já aconteceu muitas vezes. (E2, aluno).

Ainda no primeiro núcleo de representação, as percepções sobre o desenvolvimento de uma ideia, a ser materializada em um produto que possibilite vender algo é bastante presente. A relação entre 'ideia', 'vender' e 'produto' formam uma cadeia de sentido que é orientada para o resultado comercial, um dos pilares do programa. Essa relação evidencia ainda como a abstração inicial (a ideia) ganha contornos concretos na percepção dos participantes, orientando-se para a criação de um produto tangível e economicamente viável, culminando no objetivo último de vender. Dessa forma, o núcleo captura não apenas a tradução da política e a gênese do projeto, mas também sua expectativa de impacto nas vidas dos participantes.

Núcleo 2: o desenvolvimento do "aplicativo" e a lógica de participação

Interessante notar que o núcleo de representação 2 dá continuidade à noção de desenvolvimento de um produto, mas avança na materialidade, propondo um 'aplicativo' para a finalidade prática do 'trabalho'. Essa ramificação ('aplicativo > trabalho') traduz a expectativa instrumental da política de criar uma ferramenta (aplicativo) que vinculasse os alunos mais diretamente ao universo do trabalho.

A sutil separação entre os núcleos de representação 1 e 2 permite inferir que existe, na percepção dos entrevistados, a compreensão de que o desenvolvimento do produto final resultante do projeto (um aplicativo) poderá ou não ser frutífero, mas que a expansão das capacidades por meio do aprendizado obtido e, eventualmente, das oportunidades de trabalho daí decorrentes, vai além.

O que fica da participação no programa é aprendizado, ter uma noção mais ampla. Aprendemos muita coisa, a gente fez bastante curso. Não só de Empreendedorismo, que pode nos ajudar. Pode ser que o ouse criar dê certo, pode ser que não. Hoje, com a noção de empreendedorismo que eu tenho, graças ao programa, eu poderia me desenvolver em outras áreas do comércio. (E3, aluno)

O núcleo de representação 2 da análise de similitude também exhibe uma segunda ramificação que está ainda mais vinculada à noção de desenvolver-se profissionalmente. A cadeia lexical que compreende os vocábulos 'começar > empresa' + 'começar > trabalhar > empreendedorismo' captura uma transição de mentalidade que vai do início da jornada até a sua concretização, que seria representada pela criação de uma 'empresa' e pela adoção de uma postura ativa de trabalhador, culminando na internalização da identidade de empreendedor.

O objetivo era que no final fossemos empreendedores. Muita reviravolta, questionando como é que vamos ser empreendedores... mas chegou no final, no ponto que somos hoje empreendedores! (E3, aluno)

Vincula-se, portanto, às evocações do núcleo 2 a noção de que a participação no programa possibilitou uma espécie de iniciação profissional para os alunos, a ampliação do horizonte trabalhista do professor e a construção de uma identidade empreendedora. Onde começar o projeto desencadeou um processo de subjetivação que levou os envolvidos no encontro burocrático a se verem como trabalhadores e, mais especificamente, como empreendedores.

Núcleo 3: o desenvolvimento do "projeto" e as contingências no contexto de implementação

O núcleo de sentido 3 se relaciona com desenvolvimento do "projeto" que foi proposto pelos entrevistados e que foi selecionado para incubação na política analisada, salientando as características contextuais e contingentes da participação. Este núcleo ilustra a política no nível da rua, pois é onde a política ideal esbarra no contexto local (interiorano), no momento de vida dos atores (terminando o ensino médio) e nos recursos disponíveis para sua implementação (tempo, infraestrutura, pessoal).

A importância do momento de vida dos alunos e o fato de estarem terminando o ensino médio, ao mesmo tempo em que sua participação no programa está chegando ao fim, é bastante presente nas evocações. Além disso, sobressai a importância dada pelos alunos para a atuação do professor/mentor. Uma vez que o professor foi retratado pelos alunos como fator chave e necessário para a condução do projeto e consecução das atividades. A figura do professor emerge no núcleo 3 como o burocrata de nível de rua cuja discricionariedade medeia, incentiva e viabiliza a política num contexto de escassez.

A decisão em participar foi mais para ter um rumo depois que terminasse o ensino médio. Falaram que íamos poder ter uma fonte de renda. Se passássemos por todas as fases, poderíamos até ter uma fonte de renda! Sabemos que isso é bem complicado. Imagina terminar o ensino médio e já estar ali trabalhando em alguma coisa. É bem complicado. Ou você já tem um norte na sua família ou então não tem como, é faculdade e acabou. (E3, aluno)

Nossa participação foi ótima. Se não fosse o mentor, não teríamos terminado. Ele foi muito importante e sempre incentivou, fez de tudo e sempre procurou o melhor para nós e para o projeto. Se não fosse ele a gente não tinha concluído. Soubemos escolher também! (E2, aluno)

Também no núcleo de sentido 3, as evocações da palavra "saber" vincularam-se a necessidade de busca ativa de informação por parte dos envolvidos no encontro burocrático. Utilizada em situações relacionadas a não saber como fazer ou não ficar sabendo de algo, seguida do movimento do "querer" saber. A palavra "saber" também foi usada no sentido de a política não conseguir contemplar adequadamente a realidade local, estando mais relacionada a "precisar querer muito" e ser complicado fazer o negócio funcionar.

Foi uma coisa muito grande, para lugares bem pequenos. Eles não sabem como é a realidade que vivemos. Então, quando fui explicar como funcionaria, precisei mostrar a minha realidade para que tivessem essa noção. Não é do jeito que vocês pensam, não é do jeito que o povo fala, é do jeito que vivemos! Só quem vive aqui entende como é. Só quem vive aqui sabe que o povo passa, não é tão simples assim. [...] não adianta querer que pessoas com mais de 40, 50, 60 anos vão se cadastrar e que vai dar tudo certo, porque sabemos que aqui tem uma grande parcela de pessoas que ainda são analfabetas, de pessoas que não têm acesso à internet. Vai precisar de internet para movimentar o aplicativo... (E3, aluno)

As ocorrências da palavra “saber” parecem reforçar as ocorrências da palavra “querer”, evidenciando uma assimetria típica na fase de implementação das políticas. De um lado, os formuladores (que “não sabem”), e de outro, os implementadores e beneficiários, que precisam “querer muito” e “saber” navegar nas regras para superar as lacunas deixadas pela política em contextos locais específicos. Por exemplo, os sentidos de querer saber sobre negócios, querer muito participar, bem como o de querer viver experiências diversas, foram evocados quando os participantes foram estimulados a falar sobre as motivações para a participação no programa.

Conhecer coisas novas, viajar, visitar, tem um impacto. Chega lá tem um impacto com as coisas. Nessa viagem que a gente fez, [...] gostaram muito dos ensinamentos, também de visitar: a gente vai na praia! A gente vai na praia! Enfim, como todo mundo quando vai pra qualquer lugar. Você que já foi a seminários fora, sabe que a gente tem aquela curiosidade. A gente vai pra aprender e tudo mais, mas quando tem um tempo vago ali o cara quer conhecer, quer ver coisa bonita, quer andar. Principalmente numa localidade que está muito distante de quase tudo. Você não tem um museu pra levar o camarada, não tem um teatro, não tem absolutamente nada. Fica só no conteúdo, não vai gerar muita coisa não. Já tem o aluno que tem desinteresse inato. Ele não vê muita perspectiva. Pra ele tanto faz estudar: eu não vou ser nada mesmo. (E1, professor)

Ainda, foi afirmado categoricamente por todos os entrevistados que não houve pressão excessiva para se vincular ao projeto. A livre escolha em participar (“querer” fazer isso), constitui parte fundamental da adesão (tanto dos alunos quanto do professor). Um exemplo, é que alunos que desistiram da participação no programa (dois dos cinco inicialmente inscritos), puderam afastar-se das atividades sem maiores problemas e aqueles se comprometeram e quiseram continuar, assim o fizeram.

Entretanto, se a implementação da política avança positivamente no ponto da livre escolha em participar, peca na lógica *top-down* que prevê estruturas pré-formatadas daquilo que pode ou não ser considerado empreendedorismo de base tecnológica. A tensão entre a discricionariedade local e as estruturas pré-formatadas fica evidente nos relatos sobre a falta de tempo e de adequação da tecnologia ao contexto, evidenciando desafios clássicos da implementação, momento em que é necessário negociar as regras gerais nos contextos específicos.

Obviamente, encontrar o ponto de melhor ajustamento na fase de implementação das políticas públicas não é das tarefas mais fáceis. Ainda assim, caminhos de melhoria podem ser encontrados ao voltar o olhar para as queixas recorrentes, qual seja: falta de tempo exclusivo para execução das atividades de desenvolvimento do projeto e de adequação ao modo de uso da tecnologia em contextos interioranos.

Não tínhamos tempo. Às vezes estávamos na reunião e tinha que faltar aula. Ou então, tinha uma reunião e o mentor estava dando aula, é tanto que conversávamos sobre a carga horária, deveria contar o projeto como parte da carga horária, era complicado para a gente se reunir. (E2, aluno)

...você não tem tempo para desenvolver a ideia na sua amplitude [...] numa escola integral você está na escola das sete da manhã até as cinco da tarde, então, como é que vai desenvolver um negócio desse se você não consegue sair da escola? Para desenvolver isso você precisa ir pra rua, precisa mostrar o seu produto, precisa fazer propaganda [...] mas quando você vai fazer isso? Que horas você vai fazer isso? A gente recebeu um treinamento e teve que fazer um trabalho, mas como é que eu vou fazer o trabalho se eu não podia sair da escola? Porque eu tenho a minha carga horária, se eu sair, quem vai ficar no meu lugar para dar as aulas? (E1, professor)

Apesar da baixa adesão, visto que apenas um projeto foi inscrito pela escola e que apenas três dos cinco alunos envolvidos conseguiram concluir as etapas, chegando até o ponto de lançamento do empreendimento, a política parece cumprir com os objetivos pretendidos de estimular, através de fomento, processos de ensino e aprendizagem, acompanhamento e mentoria para o desenvolvimento de jovens empreendedores. Resta questionar-se sobre os motivos dessa baixa adesão e pensar sobre as arestas da implementação: o que de fato significa adequação, entendimento e uso da tecnologia em paisagens sociais interioranas? As buscadas competências do século XXI dizem respeito apenas ao uso de dispositivos tecnológicos de ponta? São apenas uma reprodução daquilo que ocorre em grandes centros? A tecnologia *per si* e seu uso irrefletido, são mesmo o caminho?

Responder a essas e outras questões é tarefa que essa pesquisa não tem intenção ou capacidade de concluir. Apenas conjecturamos que as pretendidas “soluções para problemas contextualizados”, imaginadas pela Lei nº 11.535/2019 não foram alcançadas e passam por repensar a inserção da tecnologia nesse tipo de paisagem social. Buscando fugir de estruturas de compreensão e gestão pré-formatadas, que aparentam não só estar em desacordo com as vivências locais como também, minam as possibilidades reais de solução dos problemas contextuais.

Considerações Finais

Este estudo buscou investigar a trajetória de implementação da política pública educacional Ouse Criar, de acordo com as percepções dos sujeitos envolvidos no encontro burocrático de um pequeno município do interior paraibano. Tal enquadramento, permite focalizar as percepções sobre a implementação da política tal qual praticada por esses agentes.

A temática do empreendedorismo e inovação tecnológica, foco da política analisada, tem tido cada vez mais espaço na contemporaneidade. Características como precarização e flexibilização do trabalho, além dos correntes discursos de competência (Chauí, 2000) favorecem, desde a identificação com a figura do empreendedor até a inserção de indivíduos em atividades produtivas mais distantes dos modelos de trabalho tradicionais (Ésther, 2019; Natividade, 2009).

Além disso, orientações e pressões exercidas por organismos internacionais buscam direcionar parte do gasto social a ser realizado por Estados inseridos na dinâmica capitalista, principalmente, quando nos referimos a países periféricos como o Brasil (Santos *et. al*, 2007). Tal aspecto, fica particularmente evidente quando entre os objetivos da política ganham relevância: alcançar objetivos de agendas vinculadas a organismos internacionais (Agenda 2030/UNESCO) e habilitar os alunos no desenvolvimento daquilo que nomeiam “competências do século XXI” (Paraíba, 2019b).

A trajetória identificada no estudo, revela aderência discursiva dos sujeitos quanto aos eventuais benefícios de desenvolver habilidades negociais e empreendedoras em suas vidas. Percepções sobre desenvolvimento pessoal e profissional, além de aprendizado e abertura para mundo também são relatadas em decorrência da participação no programa. Nas evocações gerais dos participantes, aspectos relacionados ao universo do trabalho e possibilidades de trabalho obtidas fora do lugar comum “universidade”, também foram relatadas como possibilitadas pela participação no programa. Ao mesmo tempo, a excessiva centralidade em um único tipo tecnologia (em sua grande maioria, móvel digital/ aplicativos), processos pouco flexíveis de avaliação por parte do Estado, falta de tempo para dedicar ao desenvolvimento do projeto e a inexistente adequação da política ao contexto vivido pelos sujeitos, denotam distância entre o objetivo de solucionar problemas locais e a efetiva materialização dessa possibilidade.

Isso fica evidente na insegurança sobre a adesão da comunidade quando do lançamento do produto e, também, na percepção de falta de adequação da política ao contexto interiorano de utilização da tecnologia, evocações bastante presentes nos discursos produzidos. É oportuno destacar que a baixa procura e adesão do alunado ao programa deixa antever que, ainda que percebido majoritariamente como positivo pelos participantes entrevistados, a política está longe de orientar os projetos de vida de grande parte do alunado. A maioria deles sequer se interessa por essa possibilidade.

Ressalta-se ainda, a centralidade da figura do professor-mentor como burocrata de nível de rua essencial na implementação da política, visto que sem uma forte adesão dessa figura, os alunos relatam não saber como prosseguir.

Considera-se que discussões sobre urbanização e ruralidade devam ser levadas em conta na idealização da política, tendo em conta que pequenos municípios como o estudado, além de inúmeros outros no Estado da Paraíba que possuem características semelhantes, pertencem ao mundo rural. E possuem, ainda que em sua porção urbana/sede, espaço físico diferenciado, particularidades de modos de vida e referências identitárias específicas (Wanderley, 2007). Tal discussão, pode auxiliar na problematização do papel da tecnologia, bem como das relações de trabalho para melhoria da política.

Das limitações enfrentadas na condução da pesquisa, o acesso aos sujeitos do encontro burocrático foi certamente a maior delas. Das seis entrevistas pretendidas, duas não puderam ser realizadas em função da desistência dos alunos em participar do programa e outra não foi realizada em razão da recusa de um aluno na concessão do relato. Desse modo, cautela na interpretação dos resultados é exigida, ainda que o objetivo do estudo se proponha a ser exploratório dessa realidade em específico. Recomenda-se a realização de mais estudos, utilizando o mesmo enquadramento teórico-metodológico, para verificar como as percepções dos participantes pode variar em função dos contextos vividos no encontro burocrático. E também, a realização de levantamentos que visem abarcar a totalidade dos participantes da política.

Considera-se, por fim, que o estudo contribui para a literatura de investigação da implementação de políticas. Pois, ao revelar as percepções dos sujeitos envolvidos no encontro burocrático foi possível visualizar tanto o grau de ajustamento da política aos seus objetivos pretendidos quanto lacunas a serem consideradas. O que pode possibilitar aos gestores intervenções educacionais mais efetivas e mais condizentes com a realidade encontrada por seu alunado e também pelos servidores do nível da rua.

Referências

- Abranches, A. D. F. P., & Correia, D. S. D. R. (2021). Pesquisa em educação e a abordagem do ciclo de políticas: uma experiência de pesquisa. *Revista Práxis Educacional*, 17(48), 136-158.
- Ball, S. J. (2016). Textos, discursos y trayectorias de la política: la teoría estratégica. *Páginas. Revista de la Escuela de Ciencias de la Educación*, (2 y 3).
- Ball, S. J. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem fronteiras*, 1(2), 99-116.
- Bartels, K. P. (2013). Public encounters: The history and future of face-to-face contact between public professionals and citizens. *Public administration*, 91(2), 469-483.

- Bowe, R., Ball, S. J., & Gold, A. (2017). *Reforming education and changing schools: Case studies in policy sociology*. Routledge.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518.
- Chauí, M. S. (2000). Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. In *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas* (pp. 309-p).
- Codd, J. A. (1988). The construction and deconstruction of educational policy documents. *Journal of education policy*, 3(3), 235-247.
- Côrtes, S. V. (2013). Contribuições teóricas e à pesquisa empírica da Sociologia às políticas públicas. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, 1(1), 35-56.
- De Sousa, M. (2018). Apontamentos teórico-metodológicos: contribuições de Stephen J. Ball para as pesquisas de políticas educacionais. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 3, 1-22.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Artmed.
- Dubois, V. (2019). POLÍTICAS NO GUICHÊ, POLÍTICAS DO GUICHÊ. *Implementando Desigualdades*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Dubois, V. (2014). Ordem institucional, ordem interaccional e ordem social: administrando o bem-estar, disciplinando os pobres. *Cadernos de Ciências Sociais*, 27(2), 53-66.
- Ésther, A. B. (2019). A política de identidade do empreendedorismo: uma análise na perspectiva da sociologia figuracional e da psicologia social crítica. *Cadernos EBAPE. BR*, 17(spe), 857-870.
- Faria, C. A. P. D. (2012). Implementação de políticas públicas: teoria e prática. (No Title). Editora PUC Minas.
- Faria, C. A. P. D. (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *Revista brasileira de ciências sociais*, 20, 97-110.
- Figueiredo, M. F., & Figueiredo, A. M. C. (1986). *Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica* (No. 15). Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.
- Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa*. Bookman editora.
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (2025). *Ouse Criar*. Disponível em: <https://fapesq.rpp.br>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.
- Goodsell, C. T. (Ed.). (1981). *The public encounter: Where state and citizen meet*. Indiana University Press.
- Lipsky, M. (2019). Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. *Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap.

- Lotta, G. (2019). A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. *Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, 11-38.
- Spanghero Lotta, G., Carolina Nunes, A., Cavalcante, S., Damiaty Ferreira, D., & Bonat, J. (2018). Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. *Revista do Serviço Público (Civil Service Review)*, 69(4).
- Martelet, M., & Morosini, M. C. (2015). O programa de bolsas de incentivo à docência (PIBID) e a abordagem do ciclo das políticas: estabelecendo relações entre a formação de professores, a universidade e o contexto emergente. *Educação Por Escrito*, 6(1), 68-80..
- Natividade, D. R. D. (2009). Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. *Revista de Administração Pública*, 43, 231-256.
- Nudzor, H. (2009). What is “policy”, a problem: solving definition or a process conceptualisation. *Educational futures*, 2(1), 85-96.
- Paraíba (2019a). Medida provisória nº 286, de 02 de outubro de 2019. *Diário Oficial [do] Estado da Paraíba*, Poder Executivo, João Pessoa, PB, 03 out. 2019 nº 16.966, p. 1.
- Paraíba (2019b). Lei nº 11.535, de 03 de dezembro de 2019. *Diário Oficial [do] Estado da Paraíba*, Poder Executivo, João Pessoa, PB, 05 dez. 2019. nº 17.010, p. 2-3.
- Perez, J. R. R. (2010). Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?. *Educação & Sociedade*, 31, 1179-1193.
- Pereira, H. A. (2015). *Programa empreender individual/PB: estudo da efetividade à luz da avaliação de programas sociais*. Dissertação (Mestrado em Administração) 113 f. - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Pestana, M. I. G. S. (1999). Avaliação educacional: o sistema nacional de avaliação da educação básica. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*, 6, 53-63.
- Pires, R. R. C. (2020). Encontros burocráticos e suas reverberações simbólicas: uma exploração das experiências de interação cotidiana com agentes do Estado. *Boletim de Análise Político-Institucional* (n. 23).
- Pires, R. R. C., & Lotta, G. (2019). Burocracia de nível de rua e (re) produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. *Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 127-152.
- Ramos, M. P., & Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de administração pública*, 46, 1271-1294.
- Ribeiro, D. D. R. (2011). O processo de gestão de políticas públicas na perspectiva de ruptura social no município de Alterosa-experiência política gestão 1992 a 2005. *Tese (Doutorado em Serviço Social)* – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP.

Santos, R. S., Ribeiro, E. M., Gomes, F. G., Santos, L. C. D., Ribeiro, M. M., Santos, T. C. S., ... & Silva Júnior, C. D. D. (2007). Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. *Revista de Administração Pública*, 41, 819-834.

Secchi, L. (2014). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning.

Wanderley, M. D. N. B. (2007). Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 21-34.

Wanderley, M. D. N. B. (2001). Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. *Revista Nordeste: regionalismo e inserção global*, 1, 05-32.

Yin, R. K. (1994). Discovering the future of the case study. Method in evaluation research. *Evaluation practice*, 15(3), 283-290.

Tairine Vieira Ferraz (tairineferraz1@gmail.com)* trabalhou no planejamento da pesquisa, coleta e análise dos dados, escrita e edição do artigo (fruto de trabalho de conclusão de curso de graduação).

Jaysa Eliude Aguiar dos Santos (jaysaeliude@gmail.com) trabalhou na orientação e planejamento da pesquisa e na revisão da escrita do artigo.

*Autor-correspondente.

Data de Submissão: 27/05/2025 Data de Aprovação: 30/08/2025.

Editor-Chefe: Diogo Henrique Helal.

Editor Adjunto: Bruno Melo Moura.

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do material em qualquer meio ou formato, apenas para fins não comerciais, desde que seja dada a devida atribuição ao criador. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>